

REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

A IMPORTÂNCIA DA CONTROLADORIA PARA A EFICÁCIA DO NEGÓCIO DO PEQUENO EMPREENDEDOR

THE IMPORTANCE OF CONTROLLERSHIP FOR THE EFFECTIVENESS OF THE SMALL ENTREPRENEUR'S BUSINESS

LA IMPORTANCIA DE LA CONTROLADORÍA PARA LA EFICACIA DEL NEGOCIO DEL PEQUEÑO EMPRENDEDOR

Lucas da Silva Ribeiro[1], Derek da Silva Alves[2]

e58259
https://doi.org/10.63026/acertte.v5i8.259

PUBLICADO: 08/2025

RESUMO

O presente estudo aborda a alta taxa de mortalidade de Micro e Pequenas Empresas (MPEs) no Brasil, decorrente de fragilidades na gestão, e apresenta a controladoria como uma ferramenta estratégica para aumentar a eficácia e a sustentabilidade desses negócios. O objetivo geral é demonstrar a importância da aplicação de instrumentos de controladoria, adaptados à realidade do pequeno empreendedor, como meio para fortalecer o processo de tomada de decisão e a saúde financeira organizacional. Para isso, utilizou-se uma metodologia de abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e na análise de dados secundários provenientes de relatórios técnicos do SEBRAE. A análise dos dados evidencia uma forte correlação entre o encerramento precoce das atividades, especialmente entre os Microempreendedores Individuais (MEIs), e a carência de conhecimento em gestão financeira. Os resultados apontam que os próprios gestores reconhecem essa lacuna, indicando o controle financeiro como uma das principais necessidades de capacitação. Conclui-se que a adoção de práticas de controladoria, mesmo que simplificadas, é uma estratégia fundamental para mitigar os riscos, aumentar a longevidade das MPEs e, consequentemente, fortalecer o cenário empreendedor nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Controladoria. Empreendedorismo. Gestão financeira. Controle Financeiro.

ABSTRACT

This study addresses the high mortality rate of Micro and Small Enterprises (MSEs) in Brazil, which is largely attributed to management weaknesses, and presents controllership as a strategic tool to enhance the effectiveness and sustainability of these businesses. The general objective is to demonstrate the importance of applying controllership instruments tailored to the reality of small entrepreneurs as a means to strengthen the decision-making process and enhance organizational financial health. To this end, a qualitative methodology was used, based on bibliographic research and the analysis of secondary data from technical reports by SEBRAE. The data analysis reveals a strong correlation between the premature closure of activities, especially among Individual Microentrepreneurs (MEIs), and a lack of knowledge in financial management. The results indicate that the managers themselves recognize this gap, pointing to financial control as one of their main training needs. It is concluded that the adoption of controllership practices, even if simplified, is a fundamental strategy to mitigate risks, increase the longevity of MSEs, and consequently, strengthen the national entrepreneurial landscape.

KEYWORDS: *Controllership. Entrepreneurship. Financial Management. Financial Control.*

[1] Economista formado pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), atualmente cursando pós-graduação na Universidade do Estado do Amazonas (UEA).
[2] Economista formado pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), atualmente cursando pós-graduação na Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

©2025. Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

RESUMEN

El presente estudio aborda la alta tasa de mortalidad de Micro y Pequeñas Empresas (MPEs) en Brasil, derivada de fragilidades en la gestión, y presenta la contabilidad de gestión (controladoría) como una herramienta estratégica para aumentar la eficacia y la sostenibilidad de estos negocios. El objetivo general es demostrar la importancia de la aplicación de instrumentos de controladoría, adaptados a la realidad del pequeño emprendedor, como medio para fortalecer el proceso de toma de decisiones y la salud financiera organizacional. Para ello, se utilizó una metodología de enfoque cualitativo, basada en investigación bibliográfica y en el análisis de datos secundarios provenientes de informes técnicos del SEBRAE. El análisis de los datos evidencia una fuerte correlación entre el cierre precoz de las actividades, especialmente entre los Microemprendedores Individuales (MEIs), y la carencia de conocimiento en gestión financiera. Los resultados señalan que los propios gestores reconocen esta brecha, indicando el control financiero como una de las principales necesidades de capacitación. Se concluye que la adopción de prácticas de controladoría, aunque sean simplificadas, constituye una estrategia fundamental para mitigar los riesgos, aumentar la longevidad de las MPEs y, en consecuencia, fortalecer el escenario emprendedor nacional.

***PALABRAS-CLAVE**: Controladoría. Emprendimiento. Gestión financiera. Control financiero.*

INTRODUÇÃO

As micro e pequenas empresas (MPEs) representam um pilar fundamental da economia brasileira, atuando como protagonistas na geração de empregos e na dinamização dos mercados locais. No entanto, por trás dessa vitalidade, esconde-se um paradoxo preocupante: uma taxa de mortalidade que ceifa negócios promissores em seus primeiros anos de atividade. Essa fragilidade levanta um questionamento central: quais fatores determinam a linha tênue entre a sobrevivência e o fracasso no universo do pequeno empreendedor?

A busca por respostas frequentemente aponta para cenários econômicos adversos, mas uma análise aprofundada, como a proposta neste trabalho, revela que a raiz do problema é, em muitos casos, interna. A ausência de uma cultura gerencial, marcada pela falta de planejamento e controle financeiro, emerge como o principal gatilho para o encerramento precoce das atividades. É nesse contexto de vulnerabilidade administrativa que este estudo se insere, defendendo a tese de que a capacitação gerencial é o caminho mais eficaz para fortalecer esses negócios de dentro para fora.

Para tanto, este artigo explora a controladoria não como um sistema rígido e aplicável apenas a grandes corporações, mas como uma ferramenta estratégica e adaptável, capaz de fornecer ao pequeno empreendedor a clareza necessária para a tomada de decisões. O objetivo é desmistificar seus conceitos e demonstrar como seus instrumentos essenciais, mesmo que de forma simplificada, podem ser o diferencial para a sustentabilidade e o crescimento organizado.

Para desenvolver essa argumentação, o trabalho foi estruturado em uma análise qualitativa, fundamentada em autores da área e em dados de relatórios do SEBRAE. Inicialmente, será apresentada uma contextualização teórica e histórica da controladoria no Brasil. Em seguida, serão detalhados os instrumentos práticos e as classificações empresariais que norteiam sua aplicação. Por fim, a apresentação de resultados irá conectar os dados sobre a mortalidade de MPEs, especialmente

dos MEIs, às lacunas de gestão identificadas, evidenciando como a controladoria se apresenta como uma resposta direta e necessária aos desafios que levam tantos empreendedores ao fracasso.

INTRODUÇÃO À CONTROLADORIA E O CENÁRIO DAS MPES

As micro e pequenas empresas (MPEs) ocupam uma posição central na dinâmica econômica do Brasil, não apenas pela sua expressiva participação na geração de empregos formais e informais, mas também pela sua capacidade de fomentar inovação, movimentar cadeias produtivas locais e contribuir para o desenvolvimento regional. Por sua estrutura mais enxuta e flexível, esses negócios são frequentemente identificados como motores de adaptação e resiliência econômica, sendo capazes de atender nichos de mercado e responder de maneira ágil às mudanças nas demandas dos consumidores. Entretanto, essa relevância contrasta com a alta taxa de mortalidade que caracteriza o segmento, sobretudo nos primeiros anos de funcionamento. Diversos estudos apontam que uma das principais causas para o insucesso precoce está associada à fragilidade dos processos de gestão, marcada pela ausência de planejamento sistemático, pela falta de controle financeiro e pela limitação no acesso a informações estratégicas que apoiem a tomada de decisão (VÁSQUEZ, QUEZADA, YUMBLA, 2024).

Nesse cenário, torna-se indispensável a adoção de práticas gerenciais mais estruturadas que auxiliem o pequeno empreendedor a ter uma visão clara do desempenho de sua empresa e a tomar decisões de forma mais fundamentada. É exatamente nesse ponto que a controladoria se insere como um recurso estratégico, trazendo instrumentos e metodologias que, mesmo adaptados à realidade mais modesta das MPEs, podem contribuir de maneira significativa para sua sustentabilidade. A controladoria, ao fornecer dados consolidados sobre custos, receitas, investimentos e riscos, permite que o gestor ultrapasse o modelo de administração reativa — típico da rotina operacional — e avance para um modelo mais proativo, baseado em informações confiáveis e em análises que sustentem o planejamento de curto, médio e longo prazo.

Ao ser aplicada de forma adequada, a controladoria não se restringe a um simples mecanismo de fiscalização de números, mas se transforma em uma verdadeira aliada estratégica, orientando o crescimento e fortalecendo a competitividade. Adaptada ao porte das micro e pequenas empresas, ela deixa de ser vista como uma prática exclusiva de grandes corporações e passa a representar um diferencial competitivo acessível, capaz de minimizar riscos, melhorar a utilização dos recursos disponíveis e, sobretudo, aumentar as chances de sobrevivência em um mercado caracterizado por forte concorrência e constantes mudanças.

CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA CONTROLADORIA

A controladoria, tradicionalmente ligada às grandes empresas, atua como um sistema de informações que orienta a administração na condução estratégica do negócio. Embora envolva conceitos como análise de desempenho, planejamento orçamentário e controle de custos, sua essência está na geração de informações relevantes para decisões gerenciais mais acertadas.

Segundo Tambosi et al. (2021), a controladoria atua como uma área interna vital, dedicada a otimizar a performance da gestão. Ela é responsável por fornecer as informações essenciais que capacitam os gestores a tomar decisões bem fundamentadas. Cada vez mais, sua função é reconhecida como central para o controle administrativo e a saúde financeira de qualquer organização.

Ao longo do tempo, essa área deixou de ser vista apenas como suporte técnico e passou a desempenhar um papel estratégico, participando ativamente do processo de formulação e acompanhamento das metas empresariais. Mais do que registrar ou mensurar indicadores, a controladoria agrega valor à gestão ao integrar diferentes áreas da empresa em torno de um mesmo objetivo: a maximização de resultados e a perenidade do negócio. Trata-se de um campo que evoluiu para além da contabilidade tradicional, ampliando seu escopo de atuação para incluir a análise crítica de cenários, a avaliação de riscos e a proposição de soluções que auxiliem na eficiência operacional e na competitividade.

No contexto das MPEs, ela não necessariamente se configura como um departamento estruturado, mas como uma postura gerencial baseada em dados, voltada à sustentabilidade e ao crescimento. Essa adaptação torna possível aplicar os princípios da controladoria de forma prática, com simplicidade e foco nas reais necessidades do negócio. Para esses empreendedores, que frequentemente acumulam múltiplas funções e enfrentam restrições de recursos financeiros e humanos, a controladoria assume um caráter ainda mais relevante. Ao adotar mecanismos de controle simplificados, mas eficazes, como relatórios de desempenho, orçamentos básicos e projeções de fluxo de caixa, o pequeno empresário consegue alinhar sua visão intuitiva de gestão com instrumentos técnicos que reduzem riscos e ampliam as possibilidades de crescimento.

Nesse sentido, a controladoria pode ser compreendida como um verdadeiro elo entre o planejamento e a execução, permitindo que até mesmo empresas de menor porte se orientem por dados concretos em vez de decisões baseadas apenas na experiência ou no instinto do gestor. Essa mudança de postura gerencial tende a resultar em maior organização, melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e, sobretudo, em uma visão de futuro mais clara e estruturada para o negócio.

ASPECTOS HISTÓRICOS E A EVOLUÇÃO DA CONTROLADORIA NO BRASIL

No Brasil, a controladoria começou a ganhar espaço a partir da década de 1950, período em que o país vivia um processo acelerado de industrialização. De acordo com (FIGUEIREDO; CAGGIANO, 2008), a chegada de multinacionais norte-americanas e a adoção de modelos de gestão inspirados no exterior impulsionaram a demanda por práticas mais organizadas de controle e gestão. No entanto, foi apenas a partir dos anos 1970 e, especialmente, na década de 1980, que o conceito de controladoria começou a se consolidar no meio empresarial brasileiro. Esse movimento foi intensificado pelo cenário de instabilidade econômica da época, marcado por alta inflação, oscilações cambiais e insegurança jurídica. Diante desse ambiente volátil, as empresas passaram a buscar maior rigor no controle de suas operações, visando minimizar riscos e maximizar resultados.

Apesar de inicialmente vinculada às grandes empresas, a percepção de que os princípios e ferramentas da controladoria também são úteis para negócios de menor porte começou a se firmar nas últimas décadas. A crescente competitividade do mercado e o avanço da tecnologia da informação tornaram possível, e até necessário, que micro e pequenas empresas adotassem práticas de controle gerencial, ainda que de forma simplificada. A popularização de softwares acessíveis, a oferta de capacitações técnicas e o maior acesso à informação contribuíram para que a controladoria deixasse de ser vista como um luxo corporativo e passasse a ser considerada um instrumento viável para qualquer empresa que deseje crescer de forma estruturada.

Hoje, a controladoria no Brasil continua em constante evolução, acompanhando as transformações do mercado, as exigências regulatórias e as inovações tecnológicas. Sua relevância, especialmente para as MPEs, está no potencial de fornecer suporte estratégico com base em dados confiáveis, permitindo decisões mais assertivas e fortalecendo a capacidade de adaptação e sobrevivência dos negócios.

INSTRUMENTOS E ASPECTOS LEGAIS DA CONTROLADORIA NAS MPES

A operacionalização da controladoria, mesmo que de forma simplificada, demanda o uso de instrumentos específicos e a compreensão do contexto legal e classificatório no qual a MPE está inserida.

INSTRUMENTOS ESSENCIAIS DA CONTROLADORIA APLICÁVEIS AO PEQUENO EMPREENDEDOR

Ainda que a estrutura de uma MPE não comporte um setor de controladoria dedicado, diversos instrumentos inerentes a essa área podem e devem ser incorporados à rotina gerencial, promovendo uma gestão mais consciente e eficaz. O planejamento e orçamento, por exemplo, vão além de meras projeções; representam a formalização de metas financeiras e operacionais, permitindo que o empreendedor aloque recursos de forma estratégica e visualize o futuro do negócio. A elaboração de um fluxo de caixa projetado, mesmo que simplificado, é uma ferramenta primordial para a gestão da liquidez, prevenindo surpresas desagradáveis. O controle e os relatórios gerenciais, por sua vez, transformam dados brutos em informações úteis, como um Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE) gerencial ou um balanço patrimonial simplificado, que fornecem uma visão clara da saúde financeira da empresa. Complementarmente, a análise de desempenho permite comparar o real com o planejado, identificando desvios e oportunidades de melhoria, enquanto a adoção de sistemas de informação, mesmo que básicos ou na forma de planilhas bem estruturadas, centraliza os dados e agiliza o processo decisório. Também é importante destacar o tamanho da estrutura operacional e da empresa, segundo Fernandes e Galvão (2016, p.13):

> A complexidade dos controles e do planejamento está relacionada ao volume de operações decorrentes das atividades da empresa. Portanto, quanto menor a estrutura, menor a quantidade de transações e menor o trabalho do responsável pela

consolidação das informações. Partindo desse princípio, é possível defender a viabilidade da Controladoria como ferramenta de gestão para melhorar o desempenho das MPEs, uma vez que a estrutura da Controladoria depende do tamanho da empresa.

CLASSIFICAÇÕES EMPRESARIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NA CONTROLADORIA

O porte da empresa, conforme definido por critérios como faturamento e número de funcionários, influencia diretamente na forma como a controladoria pode ser aplicada. No Brasil, o SEBRAE é um dos principais órgãos que orientam essa classificação, servindo como base para políticas de apoio, crédito e incentivo. Microempresas, por exemplo, precisam de uma abordagem mais enxuta, com foco em controles básicos e informações essenciais. Já empresas em expansão podem exigir processos mais elaborados. Entender essa classificação é fundamental para não sobrecarregar a gestão e para garantir que as práticas adotadas sejam compatíveis com a realidade do negócio. Para isso, o SEBRAE classifica da seguinte forma:

1. MEI – Microempreendedor Individual: é a menor categoria. Pode faturar até R$ 81 mil por ano (o que dá cerca de R$ 6.750 por mês) e só pode ter um funcionário, além do próprio dono. É voltado pra quem está começando ou trabalha sozinho;
2. ME – Microempresa: pode faturar até R$ 360 mil por ano, e pode ter até 9 funcionários, se for do setor de comércio ou serviços. Se for da indústria, esse número pode chegar a 19 funcionários;
3. EPP – Empresa de Pequeno Porte: pode faturar de R$ 360 mil até R$ 4,8 milhões por ano. Pode ter de 10 a 49 funcionários, se for comércio ou serviços, ou de 20 a 99, no caso da indústria.

Essas classificações não são só burocráticas – elas definem como a empresa funciona, quais impostos paga, o que pode ou não fazer e o nível de exigência em termos de controle financeiro e contábil.

CLASSIFICAÇÕES EMPRESARIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NA CONTROLADORIA

A definição clara dos diferentes portes empresariais, especialmente micro, pequeno e médio, é um tema que constantemente gera discussões, tanto dentro quanto fora do Brasil. Essa distinção vai muito além de uma questão técnica ou classificatória: ela tem impacto direto nas políticas públicas, no acesso a crédito, nos incentivos fiscais e na forma como o empreendedor é atendido por instituições de apoio.

No contexto brasileiro, uma das principais referências para essa segmentação é o SEBRAE, que utiliza critérios como o faturamento anual e o número de empregados para enquadrar as empresas. Essa organização por porte não serve apenas para fins estatísticos, mas também orienta ações do governo e de bancos públicos na hora de oferecer suporte financeiro, capacitação e linhas de desenvolvimento específicas para cada realidade empresarial.

Essas classificações também interferem diretamente na forma como se estrutura a gestão interna dos negócios, especialmente no que diz respeito à controladoria. Em empresas menores, como os microempreendimentos, a estrutura é enxuta, o capital é limitado e o tempo do gestor é escasso. Por isso, as ferramentas de controle precisam ser simples, funcionais e adaptadas à rotina do empreendedor. Aqui, o foco está em garantir o básico: registrar receitas e despesas, saber quanto custa operar e ter uma noção clara da saúde financeira do negócio.

Por outro lado, empresas que já se enquadram como pequenas ou médias, geralmente em processo de expansão, começam a ter demandas mais complexas. Nesses casos, a controladoria ganha um papel mais estratégico, ajudando a projetar cenários, a elaborar orçamentos, a acompanhar metas e a gerar relatórios que auxiliem nas decisões do dia a dia.

Como destaca Padoveze (2014), a controladoria deve ser proporcional à complexidade da organização, oferecendo informações que empoderem o gestor e evitem a sobrecarga administrativa. Nesse sentido, compreender o porte da empresa não é apenas uma formalidade: é o que permite calibrar a intensidade dos processos de controle e planejamento, sem sufocar a operação com burocracias desnecessárias.

Dados recentes do SEBRAE (2023) revelam que 76% dos pequenos negócios no Brasil não fazem controle formal do fluxo de caixa e mais da metade dos empreendedores misturam finanças pessoais e empresariais, o que compromete a sustentabilidade do negócio. Tais informações reforçam a urgência de se promover a educação empreendedora e a adoção de práticas básicas de controladoria, desde o início da atividade.

Compreender o tamanho da empresa e o estágio em que ela se encontra é essencial para dosar o nível de sofisticação da controladoria, evitando tanto o excesso de burocracia quanto a falta de informação crítica. O objetivo é tornar a gestão mais eficiente, sem travar o negócio com processos que não fazem sentido para o momento em que ele se encontra.

METODOLOGIA

Este trabalho seguiu uma abordagem qualitativa, ou seja, o foco está na análise e interpretação de textos e informações para construir respostas ao problema investigado. Diferente de métodos puramente numéricos, aqui a perspectiva é mais subjetiva, levando em conta significados, contextos e nuances por trás dos dados.

Segundo Gil (2021), a metodologia qualitativa permite uma análise interpretativa dos dados e textos, privilegiando a compreensão dos significados e contextos em detrimento de abordagens meramente quantitativas. Essa abordagem valoriza a subjetividade e as múltiplas dimensões do fenômeno investigado, possibilitando uma análise mais aprofundada das nuances presentes no objeto de estudo.

A delimitação conceitual e a padronização de critérios para enquadramento de empresas nos portes micro, pequeno e médio configuram-se como uma questão de permanente debate, tanto no cenário internacional quanto no contexto brasileiro, carecendo de uniformidade nas classificações

adotadas. Para isso, os dados analisados foram baseados nos levantamentos e relatórios divulgados pelo SEBRAE, que servem como referência para estudos acadêmicos, políticas públicas e decisões estratégicas no âmbito do empreendedorismo. A escolha por essa fonte justifica-se pela sua credibilidade, abrangência nacional e atualização constante das informações sobre o segmento.

Para a interpretação dos resultados, o estudo mapeou os principais segmentos de atuação das Micro e Pequenas Empresas (MPEs). Com base nesse diagnóstico, a pesquisa se aprofundou na busca, mediante fundamentação em autores especializados, identificar as causas mais recorrentes que levam ao encerramento precoce desses negócios.

A partir dessa análise, o trabalho focou em apresentar teorias consolidadas que embasem estratégias para reduzir os índices de falência, com ênfase no papel da controladoria como ferramenta essencial para a gestão organizacional. Dessa forma, evidenciar como práticas de controle financeiro e administrativo podem contribuir para a sustentabilidade das MPEs.

RESULTADOS

Nosso estudo foi desenhado para desbravar o complexo cenário das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) no Brasil, buscando não apenas compreender as causas que as tornam tão vulneráveis, mas, sobretudo, destacar o papel transformador da controladoria como um vetor de sustentabilidade e sucesso. Ao adotarmos uma abordagem qualitativa, pudemos ir além dos números, mergulhando nos significados e contextos que moldam a realidade dessas organizações. A rica base de dados e relatórios do SEBRAE nos permitiu mapear os desafios mais prementes e, em contrapartida, construir um argumento sólido sobre como a controladoria, mesmo em sua versão adaptada, pode ser a chave para reverter o alarmante índice de mortalidade.

A estrutura empresarial do Brasil se apoia fortemente nos pequenos negócios, um universo de mais de 17 milhões de empresas que é composto majoritariamente por Microempreendedores Individuais (MEI), representando 70,4% do total, e por Micro e Pequenas Empresas (MPE). Apesar de sua indiscutível importância socioeconômica, a jornada desses empreendedores é marcada por um desafio crítico: a sustentabilidade de suas operações a longo prazo. Um exame da longevidade empresarial revela uma trajetória descendente acentuada durante os primeiros cinco anos de atividade, com vulnerabilidades específicas para cada porte de negócio.

A capacidade de uma empresa se manter ativa varia drasticamente conforme seu enquadramento. Os dados demonstram que, enquanto as MPEs exibem maior robustez, os MEIs enfrentam uma taxa de mortalidade significativamente mais elevada, com o segundo ano de operação se consolidando como um divisor de águas, período em que se registra a queda mais acentuada em sua taxa de sobrevivência (-12,1 pontos percentuais).

A tabela 1 abaixo aborda o relatório de Sobrevivência das Empresas pelo SEBRAE:



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

Tabela 1 – Taxa de sobrevivência das empresas

Tempo de Atividade	Taxa de Sobrevivência PN	Taxa de Sobrevivência MEI	Taxa de Sobrevivência MPE
1 ano	83,10%	78,70%	94,40%
2 anos	73,00%	66,60%	89,10%
3 anos	64,70%	56,30%	84,70%
4 anos	57,70%	47,50%	81,10%
5 anos	52,30%	40,90%	78,20%

Fonte: Adaptado do Relatório Técnico - Sobrevivência das Empresas Mercantis Brasileiras (SEBRAE, 2023).

Para os negócios que não conseguem se sustentar, o encerramento das atividades ocorre de forma alarmantemente precoce. De acordo com o relatório de pesquisa perfil MEI realizado pelo SEBRAE, evidenciam que em menos de 01 ano, 25,3% de MEIs encerram suas atividades, o dado mais contundente dessa fragilidade é que em até 02 anos, mais da metade dos MEIs encerram suas atividades em 56,4%.

A resiliência de um MEI não é uma constante, sendo fortemente influenciada por fatores externos. A análise de dados geográficos e setoriais demonstra a existência de ecossistemas com distintos graus de complexidade, que podem tanto favorecer quanto dificultar a sustentabilidade de um pequeno negócio.

O setor de atuação é um dos mais fortes preditores da longevidade de um MEI. Negócios ligados à Construção Civil e à Indústria mostram-se estruturalmente mais duradouros, enquanto o setor de Agropecuária enfrenta as maiores taxas de mortalidade.

A tabela 2 abaixo aborda o relatório de Sobrevivência das Empresas pelo SEBRAE por segmento:

Tabela 2 – Taxa de sobrevivência por segmento

Setor de Atividade	Taxa de Sobrevivência MEI (após 5 anos)
Construção Civil	51,50%
Indústria	45,60%
Comércio	40,50%
Serviços	38,90%
Agropecuária	37,30%

Fonte: Adaptado do Relatório Técnico - Sobrevivência das Empresas Mercantis Brasileiras (SEBRAE, 2023).

A compreensão das elevadas taxas de mortalidade empresarial passa, necessariamente, por uma análise aprofundada de quem é o Microempreendedor Individual. A pesquisa de perfil de 2024



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

oferece um retrato detalhado sobre a origem, as motivações e a condição socioeconômica deste ator central da economia.

O universo MEI é largamente nutrido por profissionais egressos do mercado de trabalho formal, que buscam no empreendedorismo uma nova forma de atuação:

- 60% dos MEIs eram empregados com carteira assinada (CLT) antes de se formalizarem;
- Metade desses profissionais (50%) permanece atuando na mesma área de sua antiga ocupação;
- O fenômeno da "pejotização" se manifesta em uma parcela dos casos: 4,5% do total de MEIs prestam o mesmo serviço, como pessoa jurídica, para a empresa onde antes eram funcionários.

As estatísticas de mortalidade ganham sentido quando se analisam os motivos diretos que levam ao fechamento de um MEI. A carência de capital e a falta de conhecimento técnico e, sobretudo, gerencial, emergem como as causas fundamentais do fracasso.

O elo entre a alta mortalidade e o preparo gerencial se torna ainda mais claro quando os próprios MEIs em atividade apontam suas maiores dificuldades. A necessidade de aprimorar o controle financeiro é uma das principais dores, indicando uma consciência sobre a importância da controladoria para a saúde do negócio.

Tabela 3 – Áreas com maior capacidade de Capacitação para MEIs

Áreas	Percentual de MEIs
Propaganda / Marketing	39,60%
Controle / gestão financeira	36,70%
Como vender nas redes sociais	36,00%

Fonte: Adaptado da Pesquisa Perfil MEI (2024).

Essa lacuna na gestão financeira se manifesta em outros comportamentos de risco:

- **Inadimplência:** 45**%** dos MEIs já deixaram de pagar o boleto mensal (DAS) em algum momento.
- **Desinformação:** 60% desconhecem as consequências do não pagamento, e um terço (33,4%) não sabe qual é o limite de faturamento anual da categoria.

Ao cruzar os dados dos dois relatórios, emerge uma conclusão inequívoca: a elevada taxa de mortalidade de MEIs está intrinsecamente ligada a um perfil que frequentemente empreende por necessidade, com capital limitado e sem o preparo gerencial adequado. As dificuldades que levam ao fechamento, como falta de dinheiro e conhecimento, são um reflexo direto da carência em competências de gestão, especialmente o controle financeiro, apontada como uma necessidade

primária pelos próprios empreendedores. Portanto, a capacitação direcionada em ferramentas de controladoria se apresenta como a estratégia mais eficaz para fortalecer esses negócios e aumentar sua longevidade.

CONSIDERAÇÕES

O percurso deste estudo partiu de uma constatação que define o cenário empreendedor brasileiro: a expressiva e indiscutível relevância das micro e pequenas empresas para a vitalidade da economia contrasta diretamente com suas alarmantes e recorrentes taxas de mortalidade precoce. Esses negócios, que funcionam como as verdadeiras capilaridades do desenvolvimento econômico, gerando a maior parte dos empregos e promovendo a inovação em âmbitos locais, demonstram uma fragilidade que impede a consolidação de seu potencial. A investigação aprofundada, distanciando-se de justificativas puramente macroeconômicas, buscou as raízes dessa vulnerabilidade e revelou que o principal obstáculo à sustentabilidade não reside em fatores externos incontroláveis, mas sim em uma deficiência interna, estrutural e, felizmente, solucionável: a ausência de uma cultura gerencial robusta, focada em planejamento e controle. A transição do empreendedor-operador, focado na execução da atividade-fim, para o empreendedor-gestor, com visão estratégica do negócio, mostra-se como o desafio central para a sobrevivência.

Nesse contexto, a pesquisa demonstrou que a controladoria, frequentemente percebida pelo senso comum como um aparato burocrático e exclusivo de grandes corporações, pode e deve ser ressignificada como um conjunto de práticas essenciais de gestão adaptáveis a qualquer porte empresarial. Os instrumentos fundamentais, como o planejamento orçamentário, a projeção de fluxo de caixa e a elaboração de relatórios gerenciais básicos, funcionam como respostas diretas e pragmáticas às vulnerabilidades expostas pelos dados do SEBRAE. A estatística de que 76% dos pequenos negócios não realizam um controle formal do fluxo de caixa e que mais da metade dos empreendedores misturam suas finanças pessoais e empresariais é o diagnóstico preciso para o qual a controladoria oferece o tratamento. A validação mais contundente da tese deste trabalho emerge, de forma inequívoca, da voz dos próprios empreendedores, que, ao apontarem o "controle / gestão financeira" como uma de suas maiores necessidades de capacitação (36,7%), confessam a consciência do problema e sinalizam uma demanda latente por profissionalização. Este reconhecimento é o primeiro e mais crucial passo para a transformação do amadorismo em gestão qualificada.

Ficou evidente, contudo, que a eficácia da controladoria está intrinsecamente condicionada à sua proporcionalidade. Não se trata de uma fórmula única a ser imposta, mas de um espectro de soluções que deve ser calibrado conforme a complexidade e o volume de operações de cada negócio. Para um Microempreendedor Individual (MEI), cuja estrutura é mínima, a "controladoria" pode se manifestar na disciplina de uma planilha bem estruturada ou até em um caderno que separe rigorosamente as receitas e despesas da pessoa física e da jurídica. Já para uma Empresa de Pequeno Porte (EPP) em fase de expansão, as demandas se tornam mais complexas, exigindo o

acompanhamento de indicadores de desempenho (KPIs), uma análise de custos mais detalhada e orçamentos departamentais. O objetivo final, portanto, é desmistificar o conceito, traduzindo-o de um suposto "luxo corporativo" para um conjunto de práticas vitais para a alfabetização gerencial, permitindo que a tomada de decisão seja progressivamente mais informada por dados concretos, e não apenas pela intuição do fundador.

Este estudo, por sua natureza qualitativa, cumpre o objetivo de diagnosticar o problema e apontar uma solução fundamentada na literatura e em dados de mercado. No entanto, ao fazê-lo, ele simultaneamente abre novos e promissores caminhos para investigações futuras de caráter aplicado. Seria de grande valia para a academia e para o ecossistema empreendedor a realização de estudos de caso aprofundados ou pesquisas longitudinais que acompanhassem a implementação dessas ferramentas em um grupo de MPEs, medindo objetivamente o impacto em seus indicadores de sobrevivência, lucratividade e crescimento ao longo do tempo. Outra vertente investigativa de imensa riqueza seria a de natureza qualitativa e comportamental, focada em compreender as barreiras culturais, cognitivas e psicológicas que levam à não adoção de práticas de gestão, mesmo quando o conhecimento é ofertado. Questões como a aversão à formalidade, a percepção do planejamento como "perda de tempo" ou a dificuldade em delegar tarefas são aspectos que merecem uma análise mais profunda.

Conclui-se, portanto, que fortalecer a base do empreendedorismo no Brasil é uma tarefa que transcende a simples oferta de crédito e a redução de barreiras burocráticas. Embora importantes, essas medidas se mostram insuficientes se o empreendedor não estiver munido das competências necessárias para gerir os recursos de forma eficaz. Os dados que conectam a alta taxa de mortalidade à carência de preparo gerencial são inequívocos e apontam para uma direção clara: a capacitação é o investimento de maior retorno. A promoção de uma cultura de controle e planejamento estratégico, materializada pelos princípios da controladoria, apresenta-se como a via mais eficiente para transformar a energia e a criatividade do empreendedor brasileiro em negócios de valor, convertendo estatísticas de fracasso em trajetórias de crescimento sólido e sustentável. Em última análise, profissionalizar a gestão das MPEs é uma estratégia fundamental para o fortalecimento de toda a economia nacional.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, A. M.; GALVÃO, P. R. A controladoria como ferramenta de gestão nas micro e pequenas empresas: um estudo da viabilidade e da relação custo-benefício. **Revista de Tecnologia Aplicada**, v. 5, n. 1, 2016.

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo Cesar. **Controladoria: teoria e prática**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 299 p.

GIL, Antônio Carlos. *Como fazer pesquisa qualitativa*. São Paulo: Grupo GEN, 2021.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Controladoria estratégica e operacional: conceitos, estrutura e aplicação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

SEBRAE. **Pesquisa Perfil MEI – 2024**. Brasília: SEBRAE, 2024. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSEBRAE/estudospesquisas. Acesso em: 4 jul. 2025.

SEBRAE. **Relatório de sobrevivência das empresas no Brasil – 2023**. Brasília: SEBRAE, 2023. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSEBRAE/estudospesquisas. Acesso em: 4 jul. 2025.

SEBRAE. **Sobrevivência das empresas mercantis brasileiras (2020-2024): relatório técnico**. Brasília: SEBRAE, 2024. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSEBRAE/estudospesquisas. Acesso em: 4 jul. 2025.

TAMBOSI, S. S. T. Dimensões da importância da controladoria nas organizações: um estudo multivariado e multicritério. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 18, n. 46, p. 3–15, 2021. DOI: https://doi.org/10.5007/2175-8069.2021.e58113.

VÁSQUEZ, C. Y. S.; QUEZADA, J. C. A.; YUMBLA, J. A. J. Importância do controle interno e sua avaliação como ferramenta de prevenção e detecção de riscos empresariais: uma revisão da literatura. **Revista Científica Acertte**, [S. l.], v. 4, n. 5, p. e45185, 2024. DOI: https://doi.org/10.63026/acertte.v4i5.185.